

Uma só voz: ABL e povos indígenas

» ELIANE POTIGUARA

Primeira escritora indígena, primeira mulher indígena a receber o título *Honoris Causa* pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

Enfim, conseguimos que um autêntico líder indígena chegasse ao maior patamar das letras e linguagem de nosso querido Brasil. A vitória de meu irmão das águas, Ailton Krenak, na Academia Brasileira de Letras, ABL, é uma conquista histórica e ancestral, pois nossos mortos do passado e presente esperam há tempos por justiça, pelo reconhecimento de nossas culturas, línguas e tradições étnicas. Mães, viúvas e idosas esperavam essa representatividade tão negada pelo sistema escravagista, paternalista, racista e ditatorial que ainda hoje se reproduz e se perpetua. Homens e mulheres, guerreiros e guerreiras aplaudem de pé essa conquista! Mas, ainda temos uma luta contra o marco temporal, que ameaça constantemente os direitos indígenas. Novo genocídio nos ameaça.

Por outro lado, temos muito a contribuir na ABL, uma academia que começa a se mostrar mais democrática. As etnias precisam ser ouvidas e no momento possuímos representantes no Congresso Nacional, no Ministério e na presidência da Funai. E agora na prestigiada Casa de Machado de Assis.

Para nós, povos originários, abrimos mais espaços para visibilidade e protagonismo nas áreas de educação, artes, políticas públicas e setor de publicações sobre literatura indígena voltada para escolas, universidades e instituições. Perseguir, assassinar lideranças indígenas, violentar mulheres, invadir e desrespeitar direitos indígenas no momento atual, ficou mais complicado para mineradores, latifundiários, madeireiros e agronegócios, pois teremos mais uma voz que ressoará nas redes sociais, mídia, e sociedade civil e na política: a voz de Krenak.

Nosso grito sufocado há séculos exige que direitos sejam cumpridos como determina a Constituição. Recordemos que em 1987 e 88, várias etnias participaram física e politicamente da elaboração da Carta Magna. Krenak



subiu à tribuna de terno branco e impactou a sociedade, quando pintou o rosto de preto enquanto discursava. Com voz suave e compassada, pronunciou seu fantástico discurso, baseado em suas ações. Ali marcávamos um momento histórico, assim como foi a presença de Sepé Tiaraju, no século XVIII, que marchou com líderes a São Paulo a fim de participar da reunião política com o governador-geral, para reivindicar direitos. Tempos depois, antes de ser assassinado por portugueses e espanhóis, em 7 de fevereiro de 1756, gritou: “Essa terra tem dono!” Assim também clamou nosso líder assassinado Marçal Tupã-Y em 1982. E a Marcha das Mulheres indígenas protesta contra essas violações.

Ailton Krenak, 70 anos, é autor de livros baseados em seus discursos como “Ideias para adiar o fim do mundo”, “A vida não é útil”,

“Futuro ancestral”, entre outros. O autor é filósofo, escritor, ambientalista, poeta e atua pelos direitos indígenas e meio ambiente desde a década de 1970. Somos amigos e irmãos desde essa época, quando Krenak foi nos visitar. Éramos eu, meu ex-marido, o compositor Taiguara, de origem étnica Charrua, do Uruguai. Estava com sua mulher à época, a antropóloga Ângela Papianni. Tempos depois fomos sempre à União das Nações Indígenas, UNI, organização criada por Krenak para discutirmos a questão indígena, até sermos convidados para visitar o Quilombo dos Palmares, na Serra da Barriga, pelo saudoso Antônio Olímpio de Santana que fazia parte do Programa de Combate ao Racismo, o mesmo Programa que apoiava Nelson Mandela.

Nessa época, Krenak criou o primeiro jornal indígena e o primeiro Programa de Rádio. E nós, mulheres indígenas, fomos no mesmo caminho, criando o Grupo Mulher-Educação Indígena, Grumin, na Paraíba e o Jornal do Grumin, com apoio do inesquecível jornalista Barbosa Lima Sobrinho, de Alcino Soeiro e Dulce Tupy, do Rio de Janeiro. Escrevemos então o primeiro livro indígena no país: “A Terra é a Mãe do Índio”, primeiro título de autoria indígena (1989).

Ailton inspirou e inspira a muitos indígenas com seu espírito libertário, contundente, progressista, filosófico e humanista. Sempre cauteloso, galga caminhos inimagináveis para que sua literatura oral chegue aos ouvidos até de quem não quer ouvi-lo. Muitas águas rolaram de 1970 até hoje. Vários escritores foram surgindo nas décadas seguintes como Olívio Jecupé, Kaká Verá, Daniel Munduruku, Jaider Esbel, Yguarê, Tiago Hakiy, Lia Minapoty, Edson Kayapo, Marcos Terena, Auritha Tabajara, Marcia Kambeba, Ademario Ribeiro, Jaime Diakara, Graça Graúna, entre outros.

Nossa luta vale a pena. Estamos construindo a verdadeira história dos povos indígenas. Transformemos nossas casas em bibliotecas.

Regulação da mão de obra em plataforma sinalizada pelo governo acende luz de alerta

» PAULO SOLMUCCI

Presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel)

Em maio, o governo instituiu um Grupo Tripartite de Trabalho (GT) para discutir a regulação do trabalho de motoristas e entregadores intermediados por plataformas digitais. Promessa de campanha do então candidato Lula com foco em um universo de mais de 1,5 milhão de trabalhadores, o tema ganhou visibilidade internacional na fala do agora presidente.

A proteção aos direitos desses trabalhadores foi a justificativa para a criação do GT, sendo a iniciativa, por si só, um grande avanço no debate do tema. Cabe ressaltar, no entanto, que se malfeita, a regulação trará consequências extremamente danosas à economia e aos próprios trabalhadores.

Convidada a participar do GT apenas como ouvinte, a Abrasel representa 1,9 milhões de brasileiros que empreendem no setor, gerando 5,1 milhões de empregos diretos e a participação de 2,7% no PIB nacional. Diante de tamanha responsabilidade, defende uma regulação tão justa para os trabalhadores quanto eficiente para manutenção e crescimento do setor de alimentação fora do lar no país.

Para tanto, entende que dois princípios são basilares e intransponíveis: o caráter autônomo do trabalho para preservação da flexibilidade e da independência que lhe são características; e a concessão de direitos fundamentais previstos no regramento brasileiro, com distribuição equilibrada de custos. A conta não pode pesar excessivamente nem para os trabalhadores, nem para os empregadores.

Encerrado no fim de setembro, sem qualquer manifestação contundente do governo, o “ponto final” do GT foi somente um conjunto de sinalizações sobre ganhos e proteção social – ainda sem caráter oficial: uma renda mínima, por hora trabalhada, de R\$30 para motoristas de veículos e de R\$17 para entregadores, valor significativamente acima da referência internacional. Em diversos

países, o salário mínimo-hora tem sido considerado parâmetro para definição do ganho base desses trabalhadores, com acréscimos de 20 a 30% sobre o valor da hora trabalhada. No Brasil, o salário mínimo por hora é R\$6, de modo que a proposta do governo estabeleça um piso superior a 180%, seis vezes maior.

Já a proposta de previdência posta à mesa pelo governo, sem grandes conversas, não dialoga com a realidade do setor. Prevê alíquotas de 20% e 7,5% para empresas e trabalhadores, respectivamente, a incidirem sobre 25% dos ganhos brutos do motorista e injustificáveis e absurdos 50% dos ganhos brutos do entregador. São três as preocupações da Abrasel com relação ao assunto.

Primeiramente, a proposta do governo desconsidera, por completo, a Instrução Normativa da Receita Federal (IN RFB 2110/2022), segundo a qual o salário de contribuição de motoristas de transporte individual remunerado e transportadores de carga deve ser equivalente a 20% dos seus ganhos brutos. Por que mudar a regra do jogo e ampliar a carga tributária dos trabalhadores? A regra já em vigor deve ser mantida para garantir um tratamento isonômico entre trabalhadores de ocupações similares.

Em segundo lugar, a proposta cria uma política regressiva para o trabalhador, na contramão de todos os esforços que o governo vem fazendo para a construção de um sistema tributário mais justo, como, por exemplo, na revisão da tabela do imposto de renda. Ao estabelecer um salário de contribuição superior para o entregador, em comparação com o motorista, na prática a proposta fará quem ganhe menos pagar mais.

Por último, a Abrasel teme a perda de uma oportunidade de pensar, de forma inovadora, em um sistema de previdência que se adapte a essa nova forma de trabalho. Não é esperado, e nem será, que todos os trabalhadores intermediados por aplicativos alcancem o

salário mínimo de contribuição para a previdência, em função do caráter de complementação de renda dessa atividade e do tempo trabalhado nesse tipo de ocupação.

Essa é uma premissa que não se pode desconsiderar, caso a intenção do governo seja efetivamente garantir que entregadores que atuam via plataformas se aposentem e acessem os benefícios de proteção de renda decorrentes da previdência. Caso contrário, o trabalhador será excessivamente taxado, sua renda será reduzida e não haverá a esperada e necessária inclusão previdenciária.

Por fim, e não menos importante, uma carga tributária excessiva imposta às empresas inevitavelmente será repassada para restaurantes e consumidores, com custos também para o trabalhador. Resultados? 1) Diminuição de postos de trabalho, já que, com as novas regras, muitos trabalhadores deixarão as plataformas; 2) Aumento de postos informais de trabalho, fazendo cair por terra o esforço de proteção social da regulação; 3) Diminuição da capacidade de atendimento dos restaurantes por falta de oferta de serviço; 4) Diminuição do número de pedidos de delivery por plataformas, em função do aumento das taxas de entrega, com efeito negativo sobre o faturamento dos restaurantes; 5) Redução de postos de trabalho formais em bares e restaurantes, pois com demanda e faturamento menores, estes estabelecimentos também verão diminuída a sua capacidade de contratação de um trabalhador CLT, com jornada integral.

Uma boa regulação, portanto, é aquela que também preserva a existência e estimula o crescimento da economia. Desconsiderar seus efeitos na cadeia traz o inaceitável risco de que ela maltrate ainda mais o setor de bares e restaurantes, que luta para se recuperar dos efeitos da pandemia da Covid-19 e que ainda tem mais de 50% dos seus estabelecimentos operando sem lucro e padecendo de enorme endividamento.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Vamos dar a meia volta, volta e meia vamos dar

No atual estágio de maturação de nossa democracia, os brasileiros ainda não aprenderam a dar um tratamento mais racional ao ato de votar, usando dessa preciosa prerrogativa não só para mudar os rumos da política, mas, sobretudo para mudar os rumos do país.

A sentença de que cada povo tem o governo que bem merece só faz sentido para aqueles que não dão a devida importância ao voto e seguem a crença de que nada irá mudar, seja esse ou aquele o novo inquilino do Palácio do Planalto. A obrigação pedagógica para que cada cidadão vote, apenas tem feito com que as pessoas compareçam forçosamente as sessões eleitorais para cumprir uma tarefa e escapem das penalidades cívicas. Mais importante do que obrigar as pessoas a comparecer nas sessões de votação é ensinar a elas o quão fundamental para todos é o voto consciente de cada um.

Para tanto seria necessário em primeiro lugar que os tribunais, inclusive o eleitoral, fizessem uma espécie de pente fino rigoroso, para tirar do páreo todos aqueles candidatos com pendências judiciais, varrendo para longe conhecidos postulantes que acumulam processos que se arrastam sine die. Infelizmente a Lei da Ficha Limpa, nascida da iniciativa popular, ou seja, da vontade dos eleitores foi desidratada no próprio Congresso, Casa dos representantes do povo.

Pelo desenrolar dos acontecimentos, parece que não será ainda na próxima eleição que os cidadãos poderão experimentar uma renovação geral dos quadros políticos. Os muitos grotões miseráveis do país continuarão a ser explorados por oportunistas e populistas de todo o tipo, prometendo quinquilharias em troca de voto o que demonstra, não o poderio eleitoral mas o desdém com que muitos brasileiros ainda tratam o voto.

Como primeiro passo, nessa longa jornada que se exige para a construção de um conjunto de leis verdadeiramente cidadãs e que coloquem todos os brasileiros na mesma planície, acabando com privilégios de todo o tipo, é necessário pôr um fim definitivo no instituto da reeleição para todos os cargos públicos, bem como nos cargos vitalícios, na blindagem e proteção de autoridades, e em muitas outras regalias frontalmente contrárias ao espírito republicano.

Na esfera federal ou mesmo aqui na capital, desde a emancipação política, tem sido prática comum, com a proximidade das eleições, a realização de seguidas reuniões, após o fim do expediente, de todos os detentores de cargos de chefia, para traçar estratégias com vistas à campanha eleitoral do chefe do Executivo e de sua bancada de apoio.

Nesses encontros, os ocupantes da máquina pública indicados pelo governante são instados a “colaborar” ao máximo com as campanhas, inclusive convocando subordinados seus para essas tarefas. Fatos desse tipo ocorrem com mais frequência ainda nas Administrações Regionais, onde os todos os ocupantes de cargos de confiança são muitas vezes obrigatoriamente recrutados para trabalhar, “discretamente” nas campanhas de seus padrinhos. Com promessas de vir a continuar nesses postos, em caso de eleição de seus protetores, muitos desses servidores passam a trabalhar como cabos eleitorais, na esperança de permanecerem na folha de pagamento do GDF.

» A frase que foi pronunciada

“Toda a arte de governar consiste na arte de ser honesto.”

» Thomas Jefferson

Solidariedade

» O caso aconteceu em Londres poucos dias atrás. Christopher Guedes, morador do Gama vendeu tudo o que tinha para tentar a vida na capital do Reino Unido. Fazia entregas de moto. Almoçou com os colegas e se despediu depois de ter recebido um chamado. Aguardava o sinal verde do semáforo. Aberta a passagem, acelerou e um carro da polícia que vinha em alta velocidade na contramão, bateu de frente com a moto do brasileiro, que perdeu a vida. As autoridades britânicas prometeram desenrolar a documentação para o traslado, mas a família precisa de ajuda para o enterro, que será no Gama.

Gratuito

» Por falar em Gama, hoje é a estreia da ópera Fosca, de Carlos Gomes, no teatro do SESC no Gama, às 19h. Mais uma produção da Cia de Cantores Líricos de Brasília. Uma beleza as instalações desse teatro. Tudo novo, bem cuidado, um exemplo a ser seguido pelo Plano Piloto.

» História de Brasília

E por falar em justiça, está-se destacando o desembargador Colombo de Sousa, por suas medidas de benefício geral. Primeiro, o casamento gratuito, e, agora, punição para os que utilizam cheques sem fundos. (Publicada em 24.03.1962)